

Temor pela sorte das instituições

O que de mais dramático pode acontecer a uma nação é tomar consciência de que seus dirigentes não têm a menor preocupação com o juízo que se faz sobre eles. Isso significa, em outras palavras, que não emprestam à sua função a importância que os representados dão a ela. Quando se estabelece esse divórcio insuperável entre as expectativas sobre como os representantes (Executivo e Legislativo) devem se comportar e sua conduta efetiva, as instituições correm risco. O Brasil vive, hoje, situação próxima dessa, o que faz temer pelo futuro das instituições. Aliás, a reação popular à campanha do plebiscito comprova que a adesão do povo às instituições democráticas é cada dia mais fraca. É de estranhar, assim, que haja quem não se acanhe em indagar as razões pelas quais na cédula do dia 21 não conste a possibilidade de um regresso ao regime autoritário?

O dramático é que o Congresso disso não se dá conta! Não apenas o Congresso; é praticamente em todas as câmaras legislativas do País que se pode observar que o espírito dito corporativo dominou de tal forma os legislativos, que senadores, deputados e vereadores agem como se não tivessem contas a prestar (e não há outro mecanismo se não o voto de quatro em quatro anos para puni-los) a ninguém. Já houve quem dissesse que a certeza de que a renovação a cada legislatura é enorme (na

passagem da de 86 para a de 90 chegou a cerca de 60% na Câmara dos Deputados) e responsável pelo fato de aqueles representantes que intuem que seus dias como "autoridade" estão contados não cuidarem de preservar a imagem da instituição. O espírito corporativo pode entender-se; essa reação calculista à possibilidade de não se reeleger e a consequente indiferença ao público são inadmissíveis — embora não possam ser descartadas como explicação de por que a indignação (o escândalo) que acompanha atos que apenas desmerecem o Poder Legislativo encontre tão pouca repercussão no interior dele. Ou porque a reação seja sempre a mesma: ou denunciar jornalistas que estão contratados pelas diferentes casas legislativas ou aprovar a criação de programas de rádio e televisão para divulgar o trabalho dos deputados.

Esta semana foi pródiga em episódios desse tipo: três conhecidos em sete dias, os quais contribuíram decisivamente para turvar a aura de respeitabilidade que deve cercar o mandato popular.

Primeiro, foi a descoberta de que se reservava pequena fortuna para que deputados tratassem de seus dentes — cuidado que a Previdência Social não prodigala a seus segurados. A indignação popular, expressa pela mídia, além da mobilização



de algumas entidades cívicas, foi de tal ordem que a Mesa da Câmara foi obrigada a dar um passo atrás (embora a imagem correta fosse a de dois passos atrás e um para a frente em outra direção), cancelando a especificação de tratamento dentário, mas preservando a de cuidados médicos em geral. O outro, os poços abertos em propriedades do presidente da Câmara pelo Dnocs. O episó-

dio não se extinguiu com a explicação do sr. Inocêncio Oliveira; agora começam a conhecer-se os nomes de particulares que se serviram dos serviços do Dnocs, que abriu mais poços para cidadãos privados do que para abastecimento público. A situação da Câmara dos Deputados (pois não é apenas o deputado Inocêncio Oliveira que se valeu da "normalidade" dessa prestação de serviços, havendo outros) é de tal forma difícil que é bem possível que se crie uma CPI para investigar a chamada "indústria da seca". Essa investigação, se for feita com o rigor que se colocou em provar a culpa do então presidente Collor de Mello, produzirá revelações estardeadoras. Diante desses dois fatos, a notícia de que, cumprindo a Constituição de 1988, se enquadrarão num plano de cargos e carreiras funcionários até hoje "desenquadrados", permitindo supor que se

cuida de novo "trem da alegria" no Senado, até é de menor importância, especialmente quando os "trens" costumam sair com certa regularidade da estação do Senado. E houve alguns famosos...

O desmentido do senador Humberto Lucena explica, mas não comove. E isso é grave. Não comove porque nunca como agora o Congresso Nacional esteve tão exposto à crítica da opinião pública, que é a fonte em que o regime democrático representativo deve beber para manter-se. Não foi apenas o período autoritário que permitiu que essa disfunção corporativa ou calculista se estabelecesse na instituição; foram várias as causas. Quaisquer que tenham sido, o importante a notar é que a certeza de que não são juridicamente responsáveis como o presidente da República leva membros do Congresso a fazer aquilo que seria reprovável, ou passível de punição penal, se praticado por um qualquer do povo. Essa atitude está desmoralizando lentamente as instituições.

Tal processo nos causa muita preocupação. Sobretudo porque as reformas à Constituição deverão ser feitas por este Congresso ou por outro que vai palmilhar os mesmos caminhos. Como se poderá defender o sistema representativo se os representantes não se dão conta de que desmoralizam as instituições e conscientemente trabalham para que elas se esfrangalhem ainda mais?